

P E N G U I N



C L Á S S I C O S

FERNANDO PESSOA

MENSAGEM



FERNANDO ANTÓNIO NOGUEIRA PESSOA nasceu em Lisboa a 13 de junho de 1888, numa família da pequena aristocracia. O pai, Joaquim de Seabra Pessoa, morreu em 1893, de tuberculose, quando Pessoa tinha cinco anos. No ano seguinte, morreu o irmão, Jorge, antes de completar um ano. Em 1895, a mãe, Maria Magdalena Pinheiro Nogueira Pessoa, casou com João Miguel Rosa, cônsul na África do Sul, com quem veio a ter quatro filhos, e mudaram-se para a capital, Durban. Aí, Pessoa recebeu uma educação britânica, primeiro no ensino primário e, depois, no liceu, onde foi um aluno destacado, em particular pelo domínio da língua inglesa, na qual escreveu os seus primeiros textos. Já na universidade, dedicou-se à leitura e estudo dos clássicos, formação que deixará uma marca profunda na sua obra. Em 1905, regressou definitivamente a Portugal. Em 1910, depois da falência da tipografia que abrira com uma pequena herança da avó, iniciou a atividade de correspondente estrangeiro, que levou até ao fim da vida. Foi durante este período que começou a participar em tertúlias literárias e a colaborar com regularidade com revistas literárias da capital, como *A Águia*, a *Renascença Portuguesa* e a *Orpheu*, além da *Athena*, que o próprio fundou, em 1924, com Ruy Vaz, e onde publicou textos dos seus heterónimos mais emblemáticos, Alberto Caeiro, Ricardo Reis e Álvaro de Campos. Apesar dos mais de cem heterónimos que criou, dos milhares de páginas que deixou escritas e dos planos que tinha para publicar a sua obra, o único livro em português que veria editado em vida seria *Mensagem*, em 1934, pelo qual foi agraciado com o Prémio Antero de Quental. A 30 de novembro de 1935, internado com uma colite hepática num hospital de Lisboa, morreu, aos 47 anos, o maior poeta de língua portuguesa. A densidade, originalidade e universalidade da sua obra ímpar são objeto de estudo nos quatro cantos do mundo e o seu nome é, hoje, um dos mais importantes do cânone ocidental.

PEDRO SEPÚLVEDA é professor associado no Departamento de Estudos Portugueses da NOVA FCSH e investigador do IELT, da mesma faculdade. O seu trabalho desenvolve-se nos campos da Literatura Moderna e da Crítica Textual, com foco particular em Fernando Pessoa e no modernismo literário português. Publicou recentemente o ensaio *Ostensivo e Reservado, Leituras de Pessoa* (IN, 2024) e editou os volumes de Eduardo Lourenço

Pessoa Revisitado, Crítica Pessoaana I (1949-1982) e O Lugar do Anjo, Crítica Pessoaana II (1983-2017), publicados pela Gulbenkian. Coordena o projeto de investigação *Estranhar Pessoa* (estranharpessoa.com) e é coeditor da *Edição Digital de Fernando Pessoa: Projetos e Publicações* (pessoadigital.pt).

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	ix
NOTA A ESTA EDIÇÃO	xxix
Mensagem	1

PRIMEIRA PARTE BRASÃO

I. OS CAMPOS

<i>PRIMEIRO</i>	O dos Castelos	11
<i>SEGUNDO</i>	O das Quinas	12

II. OS CASTELOS

<i>PRIMEIRO</i>	Ulisses	15
<i>SEGUNDO</i>	Viriato	16
<i>TERCEIRO</i>	O Conde D. Henrique	17
<i>QUARTO</i>	D. Tareja	18
<i>QUINTO</i>	D. Afonso Henriques	19

<i>SEXTO</i>	D. Dinis	20
<i>SÉTIMO (I)</i>	D. João o Primeiro	21
<i>SÉTIMO (II)</i>	D. Filipa de Lencastre	22

III. AS QUINAS

<i>PRIMEIRA</i>	D. Duarte, Rei de Portugal	25
<i>SEGUNDA</i>	D. Fernando, Infante de Portugal	26
<i>TERCEIRA</i>	D. Pedro, Regente de Portugal	27
<i>QUARTA</i>	D. João, Infante de Portugal	28
<i>QUINTA</i>	D. Sebastião, Rei de Portugal	29

IV. A COROA

Nun'Álvares Pereira	33
---------------------	----

V. O TIMBRE

<i>A CABEÇA DO GRIFO</i>	O Infante D. Henrique	37
<i>UMA ASA DO GRIFO</i>	D. João o Segundo	38
<i>A OUTRA ASA DO GRIFO</i>	Afonso de Albuquerque	39

SEGUNDA PARTE MAR PORTUGUÊS

I.	O Infante	45
II.	Horizonte	46
III.	Padrão	47
IV.	O Mostrengo	48
V.	Epitáfio de Bartolomeu Dias	50

VI. Os Colombos	51
VII. Ocidente	52
VIII. Fernão de Magalhães	53
IX. Ascensão de Vasco da Gama	55
X. Mar Português	56
XI. A Última Nau	57
XII. Prece	59

TERCEIRA PARTE O ENCOBERTO

I. OS SÍMBOLOS

<i>PRIMEIRO</i> D. Sebastião	67
<i>SEGUNDO</i> O Quinto Império	68
<i>TERCEIRO</i> O Desejado	70
<i>QUARTO</i> As Ilhas Afortunadas	71
<i>QUINTO</i> O Encoberto	72

II. OS AVISOS

<i>PRIMEIRO</i> O Bandarra	75
<i>SEGUNDO</i> António Vieira	76
<i>TERCEIRO</i> <i>Escrevo meu livro à beira-mágoa</i>	77

III. OS TEMPOS

<i>PRIMEIRO</i> Noite	81
<i>SEGUNDO</i> Tormenta	83
<i>TERCEIRO</i> Calma	84

<i>QUARTO</i>	Antemanhã	86
<i>QUINTO</i>	Nevoeiro	87
CRONOLOGIA		89
NOTAS AOS POEMAS		93
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		103

INTRODUÇÃO

1. A pátria sonhada

O desejo de Fernando Pessoa de ser um criador de mitos levou-o a elaborar figuras de autores, que propuseram visões do mundo diferentes da sua, assim como a sonhar uma pátria ideal, absolutamente distinta do Portugal em que viveu. Concebendo estas figuras como mais reais do que ele próprio, conferiu também à imagem desta pátria uma substância que transcende acontecimentos concretos. Crente no poder da literatura de moldar o mundo, foi a partir dela que procurou atribuir sentido à realidade histórica e sociopolítica.

Mensagem é a expressão poética desta pátria sonhada, sobre a qual reflete também em textos de prosa, de intervenção social e política ou em que discorre sobre fundamentos do mito sebastianista ou da ideia de Quinto Império. Ao projeto literário de «ser um criador de mitos, que é o mistério mais alto que pode obrar alguém da humanidade», associa-se uma necessidade pressentida de intervenção por parte «daqueles que, por muito amar a Pátria, querem ter Pátria para amar» (Pessoa, 2012, p. 218, e 2010, p. 37).¹ Traçando um percurso por diversas figuras da história de Portugal, *Mensagem* confere-lhes um significado mítico e profético, convertendo a história em pura mitologia.

A uma primeira parte, intitulada «Brasão», sobre figuras fundadoras da nação, reis e conquistadores, segue-se uma segunda, «Mar Português», sobre os mares descobertos e os seus

navegadores. Do labor de recriação mítica desta história resulta a projeção no futuro de uma pátria por vir, que, na terceira parte do livro, é personificada em «O Encoberto», a figura de um D. Sebastião regressado, capaz de conduzir os seus destinos. Como Pessoa esclarece em carta enviada ao *Jornal do Comércio*, em abril de 1928, não se trata de pensar um regresso «pessoal e carnal» de D. Sebastião, mas de confiar «nesse Regresso no seu alto sentido simbólico, que é o verdadeiro» (Pessoa, 1999, p. 134).

Concebido enquanto imagem de uma figura condutora dos destinos da nação, ela é atribuível a diversas pessoas ou entidades. Se, num momento de fervor político, Pessoa conferiu publicamente traços messiânicos à figura do «Presidente-Rei» Sidónio Pais, elaborou em privado cálculos que apontavam para o regresso do *Encoberto* em 1888, data do seu próprio nascimento (cf. Pessoa, 2017a e 2011, p. 155). Este *Encoberto* também poderia representar, de forma anónima, como esclarecem os seus escritos em torno do sebastianismo, a própria grandeza vindoura da pátria, tal como a sua primeira «vinda» poderia ter sido «o facto abstrato da Independência» de Portugal (*ibid.*), em 1640, o que oferece uma explicação para o facto de *Mensagem* ter sido colocada em circulação a 1 de dezembro de 1934, apesar de estar já impressa em outubro.

No entanto, o espírito de D. Sebastião estaria fundamentalmente presente no arauto dessa pátria vindoura, o poeta que cedo se autointitulou *Super-Camões* (Pessoa, 2017b), e que em *Mensagem* surge, na sequência de Bandarra e António Vieira, como o *Terceiro* aviso deste regresso, escrevendo o seu livro «à beira-mágoa» (p. 77). A ausência de Camões do texto de *Mensagem* é sintoma do desejo de Pessoa de ocupar o lugar de poeta nacional, construindo, com as referências a Bandarra e Vieira, a sua própria linhagem. Os feitos históricos dos portugueses ou a epopeia das Descobertas não são, no livro, meros objetos de um canto de louvor, mas principalmente sintomas de uma falha, do que ficou por cumprir, assim como prenúncios

de uma grandeza vindoura, de contornos indefinidos. Imbuído de uma imagética ocultista, o livro projeta essa grandeza num futuro indeterminado, que não depende de um passado ou presente concretos, mas de uma reescrita do seu valor mítico, tendo como pano de fundo os mitos de D. Sebastião e do Quinto Império.

A narrativa do sujeito que conduzirá os destinos da pátria integra o imaginário cultural português, sob a forma do mito do regresso de D. Sebastião, que não teria morrido em 1578, na Batalha de Alcácer-Quibir. Na apropriação transfiguradora deste mito, Pessoa revela uma consciência da sua substância literária e simbólica, distante de uma verdade factual, mas capaz de inspirar a ação patriótica. Evidenciando um entendimento profundo do modo como uma narrativa pode moldar e conduzir essa ação, o poeta fala, em resposta a um inquérito de Augusto da Costa, publicado em 1926, da «construção ou renovação, e a difusão consequente e multimoda, de um grande mito nacional», enquanto a única «espécie de propaganda com que se pode levantar o moral de uma nação» (Pessoa, 2017c). Assumindo sem rodeios, na mesma resposta, que «o mundo conduz-se por mentiras», e acreditando no poder da literatura de as produzir, o êxito desta mentira dependeria da arte de quem a produz de «se compenetrar da verdade da mentira que criou». Não tendo o poeta, no caso do sebastianismo, de «criar um mito, senão [...] renová-lo», a sua capacidade de o «encarnar» permitiria criar a «atmosfera» em que «terá regressado», efetivamente, «El-Rei D. Sebastião».

Surpreende a consciência de Pessoa do caráter instrumental de elementos de um imaginário cultural, que podem ser utilizados com o propósito de moldar e conduzir indivíduos. Ciente do seu potencial propagandístico, o poeta está fascinado com a força do mito, que o poema «Ulisses», dedicado à figura do suposto fundador de Lisboa, define como «o nada que é tudo» (p. 15), e acredita profundamente no poder da literatura de o recriar e difundir. Se ao longo do século xx e da história recente fomos conhecendo fórmulas e procedimentos de propaganda ideológica em que a literatura

não assume um papel de destaque, qualquer desses procedimentos evidencia, por outro lado, a força da palavra reconhecida por Pessoa. A epígrafe de *Mensagem* aponta precisamente para este reconhecimento: «*Benedictus Dominus Deus Noster Qui Dedit Nobis Signum*» («Bendito seja Deus Nosso Senhor que nos deu o signo»). O fascínio do poeta pelo mito, expressão dessa força da palavra, reside também na capacidade que nele identifica de se situar entre a realidade e a ficção, pertencendo figuras como D. Sebastião, o Infante D. Henrique ou Viriato, mas também Ulisses ou António Vieira, a esse espaço em que o imaginário literário e cultural e a realidade histórica se entrecruzam.

Movendo-se no domínio do mito, o patriotismo de *Mensagem* situa-se, apesar da sua crença no poder propagandístico da palavra, para lá de qualquer discurso político ou realidade sociopolítica. O livro coloca Portugal, como escreve Eduardo Lourenço (2022, p. 97), «*fora do mundo*», entendo-o enquanto «puro mito, resumo da mitologia passada, mas aberto para um futuro ainda sem nome [...] e assim ao abrigo da morte». Apesar de projetar esta pátria ideal, «ao abrigo da morte», *Mensagem* é também o poema de uma falha fundamental, uma ausência que só uma sonhada presença poderia preencher. O seu último poema, «Nevoeiro» (p. 87), é expressão desta ausência, de propósito («Ninguém sabe que coisa quer») ou de conhecimento («Ninguém conhece que alma tem»), dependentes de uma fundamental incerteza e dispersão («Tudo é incerto e derradeiro. / Tudo é disperso, nada é inteiro. / Ó Portugal, hoje és nevoeiro...»), a partir das quais se apela a uma ação transformadora, de contornos indefinidos («É a Hora!»). Deste modo, como sublinha também Lourenço (2022, p. 318), *Mensagem* associa «duas poéticas, a da Ausência e da Ultra-Presença», conduzindo-as «ao seu limite até as interverter».

As alusões a uma pátria futura têm por base outro mito, o do Quinto Império, cujas raízes remontam à tradição cristã. A ideia de Quinto Império, enquanto lugar em que se veriam satisfeitos todos os desejos e cumpridos todos os desígnios, tem a sua

origem no episódio bíblico do sonho de Nabucodonosor, rei da Babilónia, narrado no livro de Daniel. O rei teria sonhado com uma estátua cujas diversas partes simbolizam, segundo a interpretação de Daniel, uma sequência de impérios ao longo da história da humanidade, que culminaria num reino eterno, de origem divina. Pessoa leu diversos intérpretes ingleses seus contemporâneos, que identificavam no império colonial inglês este Quinto Império; preferiu, no entanto, remontando às profecias de Bandarra e António Vieira, ver nele o desenho de uma pátria ideal portuguesa ou da língua portuguesa. Nos escritos em prosa em torno desta ideia, concebe um império cultural e linguístico, rejeitando um domínio militar e referindo-se a um «imperialismo de gramáticos» ou de «poetas», em que a língua portuguesa seria o traço de união entre povos, visando uma «fraternidade universal» (Pessoa, 2011, p. 245). Consciente da ambição excessiva desta ideia, vê-a enquanto mote condutor, não necessariamente alcançável, de qualquer ação patriótica, incluindo a da escrita da sua própria obra literária: «Se falharmos, sempre conseguimos alguma coisa — aperfeiçoar a língua. Na pior hipótese, sempre ficamos escrevendo melhor.»

O Quinto Império português corresponderia ao cumprimento de desígnios que, num passado momento de grandeza, o período das Descobertas, ficaram por cumprir, sendo assim também este passado signo de uma ausência: «Cumpriu-se o Mar, e o Império se desfez. / Senhor, falta cumprir-se Portugal!» («O Infante», p. 45). Este império sonhado seguir-se-ia, na interpretação proposta no poema «Quinto Império», a «Grécia, Roma, Cristandade, Europa» (p. 69), concretizando-se num regresso simbólico da figura messiânica de D. Sebastião, descrito pelo próprio no poema homónimo: «Que importa o areal e a morte e a desventura / Se com Deus me guardei? / É O que eu me sonhei que eterno dura, / É Esse que regressarei» (p. 67).

Apesar de representado enquanto pátria portuguesa, este Quinto Império é pensado além das fronteiras nacionais, enquanto reunião sincrética de culturas, credos e civilizações, numa ideia

de pluralidade que o poeta associa, noutros textos, a uma nova forma de paganismo. Numa entrevista publicada em 1923, responde à pergunta «O que calcula que seja o futuro da raça portuguesa?» com uma exposição detalhada desta ideia:

O Quinto Império. O futuro de Portugal — que não calculo mas *sei* — está escrito já, para quem saiba lê-lo, nas trovas do Bandarra, e também nas quadras de Nostradamus. Esse futuro é sermos tudo. Quem, que seja português, pode viver a estreiteza de uma só personalidade, de uma só nação, de uma só fé? Que português verdadeiro pode, por exemplo, viver a estreiteza estéril do catolicismo, quando fora dele há que viver todos os protestantismos, todos os credos orientais, todos os paganismos mortos e vivos, fundindo-os portuguesamente no Paganismo Superior? Não queiramos que fora de nós fique um único deus! Absorvamos os deuses todos! Conquistámos já o Mar: resta que conquistemos o Céu, ficando a terra para os Outros, os eternamente Outros, os Outros de nascença, os europeus que não são europeus porque não são portugueses. Ser tudo, de todas as maneiras, porque a verdade não pode estar em faltar ainda alguma coisa! Criemos assim o Paganismo Superior, o Politeísmo Supremo! Na eterna mentira de todos os deuses, só os deuses todos são verdade. (Pessoa, 2017d)

Pessoa associa a profecia do Quinto Império a diferentes facetas de uma pluralidade do mundo e sua expressão, que seria necessário reunir e abarcar. Esta pluralidade manifestar-se-ia na multiplicidade do eu, nos credos religiosos, nas culturas nacionais, nos deuses e nas diferentes formas de verdade. Nesta ideia, é evidente o paralelo com a própria criação heteronímica, concebida enquanto expressão da pluralidade e dos modos de a interpretar. O Quinto Império é assim pensado segundo os propósitos da própria poética pessoana, que visa, como descrevem os seus escritos sobre o sensacionismo, ser ou sentir tudo de todas as maneiras.

2. Um livro de poemas sobre Portugal

No verão de 1910, Pessoa, com apenas vinte e um anos, escreve uma série de poemas, aos quais atribui o título de conjunto «Portugal», indicando numa nota a um desses poemas «Imit[ação] Lus[íadas]» (11⁷ EN-44r).² O poeta esboça estrofes organizadas em cantos, com versos decassilábicos e rima regular, que narram episódios da história de Portugal, descrevendo principalmente uma pátria decadente, triste, assombrada pela sua glória passada, que deixa sonhar outra pátria: «Ó pátria minha, pátria, quando sonha / De ti esta alma, de ti quando eras / Dos mares a rainha [...] / Só te resta [...] a vergonha / Só a vergonha de ti, da pátria minha / Que foste de oceanos a rainha.» (11⁷ EN-14r). Nelas emerge a figura de um poeta eleito, instrumento da vontade divina: «Deus fez de mim seu gládio e a sua lira / Meu orgulho consciente e comovido / É o de quem Deus com o seu fazer ungira / Orgulho triste e humilde de Escolhido» (11⁷ EN-72r). Noutra estrofe, o poeta é o próprio gládio que luta pela pátria, mesmo se questiona os motivos dessa luta: «Deus fez de mim seu gládio... Lutarei / Pela Pátria primeiro, porque cresça [...] / Porquê lutar por ti, Pátria? Não sei.» (11⁷ EN/P-3r).

Será impossível não conceber uma relação destes versos com o começo do poema «D. Fernando, Infante de Portugal», datado de 1913 e que possuía o título «Gládio», mantido nas suas publicações anteriores ao livro: «Deu-me Deus o seu gládio, por que eu faça / A sua santa guerra.» (p. 26). Como intuiu Lourenço (2022, p. 321), desconhecendo as estrofes de «Portugal», o referente deste poema não seria, afinal, D. Fernando, o Infante Santo, mas o próprio poeta, eleito por Deus para conduzir os destinos dessa pátria sonhada, de substância poética.

Com a implantação da República, a 5 de outubro de 1910, Pessoa terá posto de parte este projeto de escrita, que tinha no seu horizonte o fim da monarquia, deixando a nota: «Recentes e gloriosos dias tornaram, felizmente, irrisória

esta poesia prefacial» (11⁷ EN-71r; cf. Barbosa *et al.*, 2020). Nos projetos de Pessoa, cedo surge o título «Portugal», num deles definido como «*epic fragment*» (48H-49r), noutro como «poema em 6 cantos» (48E-6r), noutro ainda como «esboço poético» (48H-7r). Este título surgirá ainda, na planificação pessoana, enquanto parte de um livro intitulado «Água Estagnada» ou, em listas datáveis entre 1913 e 1915, «Gládio».³ De julho de 1913 data precisamente a primeira redação do poema «Gládio», em que é evidente uma proximidade com os esboços de «Portugal». Como é habitual nos projetos de Pessoa, um título que designava um determinado fragmento de obra passa a designar outro, relacionável com o anterior, neste caso um novo conjunto de poemas, que vai sendo escrito a partir de 1913. Substituído apenas nas provas do livro por «Mensagem», «Portugal» designa assim, desde muito cedo, poemas de índole patriótica, mas outros títulos vão sendo equacionados.

Abandonado o projeto inicial de um poema épico organizado por cantos e escrito o poema «Gládio», concebido também como título de livro, Pessoa retomará, provavelmente apenas em finais da década de 1910, a escrita de poemas que virão a ser reunidos em *Mensagem*. Em outubro de 1922, publica na revista *Contemporânea* um conjunto de 12 poemas, sob a designação «Mar Português», republicado por duas vezes, em 1926 e 1933, e que constitui, apenas com ligeiras modificações e a substituição de um poema, a segunda parte de *Mensagem*. As notas finais a cada poema dão conta destas diferenças entre cada uma das versões publicadas. Encontrando-se dois poemas deste conjunto datados pelo poeta no seu exemplar pessoal de 1918, outros dois de 1922, é possível apontar para uma provável redação dos restantes textos do conjunto no arco temporal compreendido entre 1918 e 1922, com exceção de «Os Colombos», o último a ser escrito, em abril de 1934, a julgar pela datação do exemplar pessoal, substituindo no livro o anteriormente publicado «Ironia» (cf. Cronologia, p. 89).

Nos anos 20, «Mar Português» é concebido como parte de um livro intitulado «Itinerário» (44-47r) ou de um conjunto de «Poemas Portugueses» (48B-25r), ambos incluindo poemas de cariz patriótico que não serão integrados em *Mensagem*, como o citado poema dedicado à memória de Sidónio Pais, mas também outros sobre figuras da Antiguidade Clássica, como Agamémnon, o imperador romano Juliano, o *Apóstata*, ou a deusa Atena. Estes planos não incluem o poema «Gládio», que no segundo documento mencionado é integrado num conjunto distinto, o do «Cancioneiro», título de livro ou de vários livros que reuniriam a poesia escrita em nome próprio. «Gládio» será publicado na revista *Athena*, em 1924, justamente ao lado de uma série de poemas «De um Cancioneiro», ainda que separado desta série, sob a designação genérica «Alguns Poemas» (Pessoa, 2017e).

Por esta altura, Pessoa concebe também um livro subordinado ao título «Legendas». Tomando aqui o sentido de legenda enquanto relato lendário, dois conhecidos planos deste livro incluem referências comuns aos mencionados planos de «Itinerário» e «Poemas Portugueses», mas expandindo o conjunto de referências a outras figuras históricas, míticas ou divinas. Um destes planos inclui figuras como Lúcifer, Orfeu, Antínoo ou Leopardi, mas também «Mar Português» (48E-39r); outro, mais desenvolvido e centrado em figuras da história universal, divide o livro em capítulos: «Homeridae» (Agamémnon, Ulisses ou Aquiles, entre outros), «Os Reis» (Júlio César, Carlos Magno ou Napoleão), «Três Deuses» (Buda, Cristo, Apolónio de Tiana) e «Távola Redonda» (Rei Artur, Lancelot ou Merlin) (Vizcaíno e Pizarro, 2018, p. 267). Estes planos testemunham o interesse de Pessoa por um certo tipo de relato, de cariz poético e lendário, centrado em figuras cujo significado transcende a factualidade histórica.

Esse mesmo interesse encontrará expressão em *Mensagem*, partindo a maioria dos poemas do livro, e todos os da sua primeira parte, das figuras que o poeta considera as principais

da história de Portugal, nela incluindo figuras literárias como Ulisses ou de escritores proféticos como Bandarra e António Vieira, e não esquecendo uma referência velada a si próprio como poeta eleito e arauto de uma pátria vindoura. Não surpreende, assim, que um terceiro plano de «Legendas» antecipe já a estrutura de *Mensagem*, dividindo o projetado livro em três partes dedicadas a uma súpula de feitos passados da história portuguesa — «Antes do Reino» (incluindo referências a Viriato ou à Mãe Ibéria), «1.^a Dinastia» (à Batalha de Ourique e a D. Pedro), «2.^a Dinastia» («Aljubarrota», «Os Infantes» e «Mar Português») — e uma quarta à projetada vinda de uma figura messiânica, indicando aquele que será o título da terceira parte de *Mensagem*, «O Encoberto» (44-53v). A designação «Mar Português», nesta altura referindo já um conjunto de 12 poemas, publicado em *Contemporânea*, é assim transversal a estes projetos dos anos 20 de um livro de poemas de índole patriótica.

Apesar da existência destes projetos, é provável que Pessoa só tenha retomado a escrita de poemas reunidos posteriormente em *Mensagem* no verão de 1928. No seu exemplar pessoal, é datado deste ano um conjunto de 11 poemas, nove da primeira parte do livro e dois que ocupam um lugar decisivo na sua terceira parte, «Terceiro» e «Nevoeiro», que encerra o livro (ver p. 87). De 1929 é datado o poema «António Vieira» e de 1930 «Bandarra», que formam, juntamente com «Terceiro», referência à figura de Pessoa enquanto poeta eleito, «Os Avisos». Igualmente de 1930 é datado «D. João, Infante de Portugal», peça de uma sequência dedicada ao valor mítico de figuras destacadas da história portuguesa, que será completada apenas em 1934.

De finais dos anos 20, momento em que terá retomado não apenas a escrita de versos de índole patriótica, mas de diversos projetos literários remetidos a alguma dormência desde o início da década de 1920, como o *Livro do Desassossego*, é datável um texto descritivo do projetado livro de poemas. Nele se lê que se trataria de um conjunto de «poemas em que se resume a história

passada, e a promessa da história futura, de Portugal» (Pessoa, 2020, p. 158). A ideia de resumo ou sùmula dos principais feitos da história passada, representada pelas suas figuras, define bem o intuito das que virão a ser as duas primeiras partes do livro, seguidas por uma terceira, que projeta, em contornos deliberadamente indefinidos, essa pátria ideal a que as primeiras apenas aludem. Esta descrição refere-se àquele que será o primeiro poema de *Mensagem*, «O dos Castelos», datado por Pessoa de 8 de dezembro de 1928, considerando que nele «se fala de três nações, como se em Europa não houvesse outras»: «foi a civilização moderna criada pela concentração e europeização da antiga, e isso foi obra da Itália; pela abertura de todas as portas do mundo, e o descobrimento dele, e isso foi obra de Portugal; e pela restituição da ideia de Grande Império, e isso foi obra da Inglaterra».

Afirmando que «tudo mais é de segunda ordem», o texto prossegue com a justificação de uma ausência, no texto dos poemas, de referências à história de Portugal posteriores à perda da independência, em 1580, concebendo-a «como fechada nas duas primeiras dinastias, dando-se como não existente a dos Filipes, a dos Braganças e a República». Evidenciando uma atenção exclusiva na dimensão simbólica dessa mesma história, Pessoa caracteriza esses «três tempos» como «o nosso sono», considerando que não «representam» «a nossa história», mas «a ausência dela» (*ibid.*, 159). A rejeição da necessidade de «mais explicações» é acompanhada, no texto, por uma referência a uma misteriosa «Terceira Ordem», que aponta para a inspiração ocultista do livro.

Entre 1928 e o ano de publicação de *Mensagem*, Pessoa elabora diversos projetos de publicação, que retomam o título «Portugal», concebido principalmente enquanto título isolado e ocupando lugar de destaque nas listas de projetos editoriais. Apesar desta recorrência de «Portugal», como título de um projetado livro de poemas, um plano datável de finais dos anos 20 prevê um conjunto de «Poemas da Pátria», composto por três

partes: «1. O Encoberto», «2. Canções da Derrota», «3. Portugal» (133F-30r). «Canções da Derrota» é, numa lista de projetos datável de inícios da década de 1930, o título de um livro novamente tripartido, que contempla «Mar Português», «Côrte-Real»⁴ e «Elegia Heroica». Nesta mesma lista, «Portugal» é título de um estudo, que também poderia ser intitulado «Teoria da Nação Portuguesa» ou «Introdução ao Portugal Futuro».⁵

Independentemente destas oscilações de cariz metonímico, características dos projetos de Pessoa, «Portugal» surge como título isolado de um projeto poético em cinco listas deste período, a par de projetos como o «Cancioneiro», «Livro do Desassossego» ou o livro de poemas de Alberto Caeiro, em três dessas listas indicado como primeiro projeto, esclarecendo uma delas que se trataria do primeiro de 23 pequenos livros, em português, com uma extensão de 96 a 112 ou 128 páginas e um custo de 5 escudos.⁶ Estes projetos correspondem fundamentalmente, com ligeiras variações, ao que Pessoa descreve em carta de 28 de julho de 1932 a João Gaspar Simões, referindo-se a uma intenção entretanto abandonada e substituída por uma segunda, ambas concedendo caráter prioritário ao projeto de publicação de um livro de poemas intitulado «Portugal»:

Primitivamente, era minha intenção começar as minhas publicações por três livros, na ordem seguinte: (1) *Portugal*, que é um livro pequeno de poemas (tem 41 ao todo), de que o *Mar Português* (*Contemporânea* 4) é a segunda parte; (2) *Livro do Desassossego* (Bernardo Soares, mas subsidiariamente, pois que o B[ernardo] S[oares] não é um heterónimo, mas uma personagem literária); (3) *Poemas Completos de Alberto Caeiro* (com o prefácio de Ricardo Reis, e, em posfácio, as *Notas para a Recordação* do Álvaro de Campos). Mais tarde, no outro ano, seguiria, só ou com qualquer livro, *Cancioneiro* (ou outro título igualmente inexpressivo), onde reuniria (em *Livros I a III* ou *I a V*) vários dos muitos poemas soltos que tenho, e que são por

natureza inclassificáveis salvo de essa maneira inexpressiva. [...] A intenção, possivelmente provisória, em que estou agora é de publicar, sendo possível, este ano, ou na passagem dele para o outro, o *Portugal* e o *Cancioneiro*. O primeiro está quase pronto e é livro que tem possibilidades de êxito que nenhum dos outros tem. O segundo está pronto: basta escolher e colocar.

(Pessoa, 1998, pp. 198-199)

A intenção aqui descrita, e corroborada pelas referidas listas de projetos, revela uma prioridade atribuída à publicação do livro de poemas intitulado *Portugal*, título substituído apenas nas provas do livro por *Mensagem*. O caráter prioritário deste projeto contradiz claramente o que Pessoa, porventura com o intuito de agradar ao seu interlocutor, afirma na conhecida carta a Adolfo Casais Monteiro, de 13 de janeiro de 1935: «Quando às vezes pensava na ordem de uma futura publicação de obras minhas, nunca um livro do gênero de *Mensagem* figurava em número um» (*ibid.*, p. 252). A carta a Gaspar Simões revela ainda uma estrutura projetada para o livro que contemplava já 41 poemas — ficando a apenas três do conjunto de 44 publicado em *Mensagem* — e define «Mar Português» como a sua segunda parte. Não é provável que Pessoa tivesse redigido já nesse momento os 41 poemas, encontrando-se 13 datados pelo poeta de 1933 ou 1934. Poderiam existir rascunhos de alguns deles, ou o autor poderá simplesmente ter concebido uma estrutura que, além de poemas já redigidos, recuperaria ideias de anteriores esboços e planos, mas excederia também o que já tinha realizado.

De 1933 e 1934 datam, segundo as indicações do poeta no seu exemplar, 13 poemas: oito da terceira parte do livro, quatro da primeira e o poema «Os Colombos», que substitui, em «Mar Português», o anteriormente publicado «Ironia» (ver p. 99). Nos primeiros meses de 1934, Pessoa completa o livro, através da escrita ou finalização de 10 poemas, alguns deles talvez já esboçados anteriormente. Em agosto de 1934 são publicados,

em *O Mundo Português*, «O Infante D. Henrique», «D. João o Segundo» e «Afonso de Albuquerque» — este último possuindo o mesmo título, mas sendo distinto do poema publicado no livro —, sob a designação «Tríptico», correspondente em *Mensagem* à sequência reunida sob o título «Timbre», que encerra a sua primeira parte.

3. A publicação de *Mensagem*

No mesmo verão de 1934, o poeta entrega o conjunto de poemas para publicação pela Parceria António Maria Pereira. O livro é impresso em outubro, mas publicado somente, por indicação do autor, a 1 de dezembro de 1934. É apenas nas suas provas (ver fig. 1) que Pessoa substitui o título *Portugal* por *Mensagem*. Sobre os fundamentos desta modificação, com amplo significado, um texto que permaneceu no espólio oferece a seguinte explicação:

O meu livro *Mensagem* chamava-se primitivamente *Portugal*. Alterei o título porque o meu velho amigo Da Cunha Dias me fez notar — a observação era por igual patriótica e publicitária — que o nome da nossa Pátria estava hoje prostituído a sapatos, como a hotéis a sua maior Dinastia. «Quer v. pôr o título do seu livro em analogia com “portugalize os seus pés”?» Concordei e cedi, como concordo e cedo sempre que me falam com argumentos. Tenho prazer em ser vencido quando quem me vence é a Razão, seja quem for o seu procurador ocasional.

(Pessoa, 2020, p. 193)

A esta explicação, que tem por base um episódio humorístico, acrescenta Pessoa a observação de que «o curioso é que o título *Mensagem* está mais certo — à parte a razão que me levou a pô-lo — de que o título primitivo». A opção por

Mensagem atribui, afinal, ao livro um pendor universal que *Portugal* não contempla, reforçando também a sua dimensão ocultista. Em exercícios anagramáticos (ver fig. 1 e respetiva legenda), o poeta explora o significado simbólico deste novo título. Encontra nele contida uma citação da *Eneida*, de Virgílio, que remete, uma vez mais, para a força da palavra ou do mito, capazes de determinar concretizações materiais: «*mens agitat molem*» (o espírito move a matéria).

Instado pelo seu companheiro da revista *Orpheu*, António Ferro, entretanto nomeado diretor do Secretariado de Propaganda Nacional, a concorrer aos seus Prémios Literários, criados apenas um ano antes, por sua iniciativa, Pessoa submete o livro, em outubro de 1934, à apreciação do júri do Prémio de Poesia Antero de Quental (cf. Barreto, 2018). Este prémio seria atribuído, segundo o seu regulamento, a duas categorias, a primeira «livro de versos, não inferior a 100 páginas» e a segunda «poema ou poesia solta» (cit. em *ibid.*, 291). À primeira categoria caberia um prémio pecuniário no valor de 5000 escudos, à segunda apenas de 1000 escudos. O júri decidiu atribuir o prémio da primeira categoria ao livro *Romaria*, do padre Vasco Reis, e o da segunda categoria a *Mensagem*, mas não é exato que o livro de Pessoa tenha sido preterido com base na sua qualidade poética. A ata do júri, entretanto dada a conhecer, esclarece que *Mensagem*, inicialmente submetida pelo autor à categoria de «livro de versos», transitou para a segunda categoria, «poema ou poesia solta», porque se considerou que a sua extensão era inferior às 100 páginas requeridas.

Pessoa dilatou propositadamente a extensão do livro, acrescentando-lhe páginas em branco, mas ainda assim o texto dos poemas termina na página 96. No entanto, como sublinha José Barreto (*ibid.*, pp. 294-295), o argumento do número de páginas serviu os intentos do júri, que optou por não contabilizar as páginas do índice, tomando-o como pretexto para excluir *Mensagem* do prémio da primeira categoria. O júri conhecia o desejo de António Ferro, que a ele presidia, de premiar o livro pessoano, evidenciando

a ata, no entanto, uma preferência da maioria dos seus membros por *Romaria*, cuja índole patriótica, ligada às tradições populares portuguesas e mais conforme à ideologia do regime, divergia do patriotismo messiânico e universalista de Pessoa. Entre o júri composto pelos poetas Alberto Osório de Castro e Mário Beirão, os críticos Acácio de Paiva e Teresa Leitão de Barros, apenas esta última, que não participou na reunião, enviando o seu voto por carta, manifestou preferência por *Mensagem*. Insatisfeito com esta decisão do júri, Ferro irá aproveitar a verba remanescente por via da não atribuição do Prémio Eça de Queirós, da categoria romance, para igualar, do ponto de vista pecuniário, os prémios da primeira e da segunda categorias, recebendo Pessoa os mesmos 5000 escudos que Vasco Reis. Esta emenda de Ferro não anula a preferência evidenciada pelo júri por *Romaria*, camuflada por uma decisão baseada num critério formal.

Na conhecida carta a Adolfo Casais Monteiro, de 13 de janeiro de 1935, em que narra a génese da sua heteronímia, Pessoa vê-se na obrigação de justificar a publicação de *Mensagem*, o seu único livro publicado em vida. Casais Monteiro lamentara, em carta escrita três dias antes, que fosse esse o primeiro livro do poeta publicado, argumentando que embora «alguns poemas» fossem «dos seus melhores», este restringia «o significado da sua obra», revelando apenas «um aspeto da sua personalidade», a que atribui o estatuto de «secundário» na «obra publicada em revistas» (Pessoa, 1998, p. 247). Na carta de 13 de janeiro (*ibid.*, pp. 251-259), o poeta começa por afirmar, em concordância com as observações do crítico, que «não foi feliz a estreia [...] com um livro da natureza de *Mensagem*», já que, apesar de se considerar «um nacionalista místico, um sebastianista racional» seria, «à parte isso, e até em contradição com isso, muitas outras coisas», que o livro não «inclui». Caracterizando, mais adiante, esta faceta «nacionalista» como «em certo modo secundária» na sua «personalidade», procura sublinhar principalmente a abrangência e a diversidade da sua obra, vendo em *Mensagem* apenas uma faceta dela.

As explicações de Pessoa alternam entre referências ao caráter circunstancial da publicação («foi o primeiro livro que consegui, não sei porquê, ter organizado e pronto»), decorrente também de uma solicitação para que o publicasse, tendo em vista o prémio («incitaram-me a que o publicasse: acedi»), e a determinações que excedem uma intenção pessoal. Estas determinações seriam de cariz histórico («coincidiu, sem que eu o planeasse ou o premeditasse [...] com um dos momentos críticos [...] de remodelação do subconsciente nacional») ou até divino («o que fiz por acaso e se completou por conversa, fora exatamente talhado, com Esquadria e compasso, pelo Grande Arquiteto»). Alternando, como fará nas descrições da génese da sua heteronímia, entre tipos de explicação opostos, oscilando entre o ocasional e a determinação histórica ou divina, Pessoa confunde deliberadamente o leitor Casais Monteiro, assim como os leitores póstumos de uma carta que autoriza o crítico a publicar. Concebendo esta faceta da sua personalidade como simultaneamente mística e racional, também com esta definição procura abarcar polos opostos de um espectro, apontando para uma pluralidade definidora de si mesmo e das suas «subpersonalidades». A menção de um «Grande Arquiteto» é reveladora de um interesse do poeta pelo pensamento maçónico, afirmando na mesma carta a sua crença na «existência de mundos superiores ao nosso», mas recusando a sua pertença a qualquer «Ordem Iniciática».

Poucas semanas depois da escrita desta carta, a 4 de fevereiro, publica, no *Diário de Lisboa*, o artigo «Associações Secretas» (Pessoa, 2017f), que expressa uma feroz crítica ao projeto de lei do Governo que viria a ser aprovado e visava precisamente a proibição de associações como a maçonaria. No dia 21 do mesmo mês, Salazar profere um discurso na cerimónia de atribuição dos Prémios Literários do Secretariado de Propaganda Nacional, à qual Pessoa não comparece, em que impõe claras diretrizes a todos os escritores e intelectuais portugueses. Em rascunho de carta, que não chegou a enviar, a Casais Monteiro, de outubro

seguinte, apenas um mês antes da sua morte, declara a sua renúncia a «dar colaboração para a *Presença*, ou para qualquer outra publicação aqui do país, ou de publicar qualquer livro» (Pessoa, 2020, p. 218). Esta decisão surge provavelmente na sequência da recusa, pela censura, do seu artigo «Profecia Italiana», fortemente crítico de Mussolini (Pessoa, 2000, pp. 530-531), e que Pessoa relaciona, neste rascunho, com as afirmações de Salazar no referido discurso.

Tinham sido entretanto aplicadas pela censura as diretrizes impostas, que o poeta descreve como a substituição de uma «regra restritiva da Censura, “não se pode dizer isto ou aquilo”, pela regra soviética do Poder, “tem que se dizer aquilo ou isto”» (Pessoa, 2020, p. 218). Num texto intitulado «Explicação de um livro», define-se como «um liberal», possuindo «para com a Maçonaria» um sentimento «fraternal», pelo que não seria de estranhar a sua defesa no artigo publicado no *Diário de Lisboa*, por parte do «autor de um livro abundantemente embebido em simbolismo templário e rosacruciano» (*ibid.*, p. 186). O último ano da vida de Pessoa, que morre a 30 de novembro de 1935, é marcado por um sentimento de crescente repúdio perante o entretanto implementado Estado Novo, visado em diversos textos, em poesia e prosa, de cunho fortemente antissalazarista, reveladores de diferenças fundamentais entre o seu nacionalismo e aquele que o regime propagava.

Pedro Sepúlveda

NOTAS

¹ Os textos de Pessoa são citados a partir das referidas fontes, elencadas nas Referências Bibliográficas, sempre com ortografia modernizada.

² Refiro deste modo as cotas do espólio de Pessoa albergado na Biblioteca Nacional de Portugal (BNP/E3).

³ Ver, em pessoadigital.pt, as referências a «Água Estagnada» nos documentos com as cotas 40-34r, 144D2-7r e 144E-2r a 11r, assim como a «Gládio» em 48E-29, 50A¹-13r, 66-30r, 144C-11r, 144D2-7r, 144D2-25r, 144D2-26v, 144D2-110r e 144D2-111r.

⁴ Este título, referência aos navegadores portugueses João Vaz Côrte-Real e seus filhos Gaspar, Miguel e Vasco, foi atribuído inicialmente, num manuscrito preservado na coleção privada de Fernando Távora, ao poema «Noite», que faz referência aos feitos da família Côrte-Real.

⁵ Ver o documento 707-1r a 3r em pessoadigital.pt.

⁶ «Portugal» surge nas listas de projetos 48B-13r, 48B-34r, 51-89r, 170r e 720r, disponíveis em pessoadigital.pt, mencionado em primeiro lugar em 48B-34r, 51-89r e 170r. Lê-se em 48B-34r a nota, redigida em inglês: «Plan of publishing books (in Portuguese) in small volumes, of from 96 to 112 or 128 pages, at 5\$. (Type-body may be from interlined 8 to 12, according to the matter).»

NOTA A ESTA EDIÇÃO

Após a publicação de *Mensagem*, Pessoa introduz no exemplar pessoal do livro emendas e variantes no texto dos poemas (ver fig. 2), inserindo também datas em 32 dos 44 poemas do conjunto. Destas datas, a partir das quais é possível identificar períodos de escrita, dá conta a Cronologia (p. 89). A introdução de emendas e variantes no exemplar do livro revela uma insatisfação característica do poeta perante o texto da sua obra, mesmo quando publicado, que o levou a rever também os seus 35 *Sonnets*, publicados em 1918, ou os poemas de Ricardo Reis e Alberto Caeiro inseridos na revista *Athena*, em 1924 e 1925, entre outras publicações. Ainda que amiúde objeto de revisão posterior, as publicações do poeta em vida concretizam um importante desejo de exposição do que escolheu dar a ver ao mundo, de que fala o seu último poema publicado, *Conselho*, em novembro de 1935 (Pessoa, 2017m). Tratando-se *Mensagem* do seu único livro, as mais de 200 publicações em jornais, revistas ou folhetos, reunidas na *Edição Digital de Fernando Pessoa: Projetos e Publicações* (pessoadigital.pt), são expressão significativa deste desejo, ainda que contrastem com os cerca de 30 000 papéis que compõem o seu arquivo.

Conferindo especial relevância às publicações de Pessoa, esta edição confronta, nas Notas aos Poemas (pp. 93-102), o texto de *Mensagem* com o de publicações anteriores destes poemas. Em outubro de 1922, como referido, o poeta publica um conjunto de 12 poemas, sob a designação «Mar Português», no n.º 4

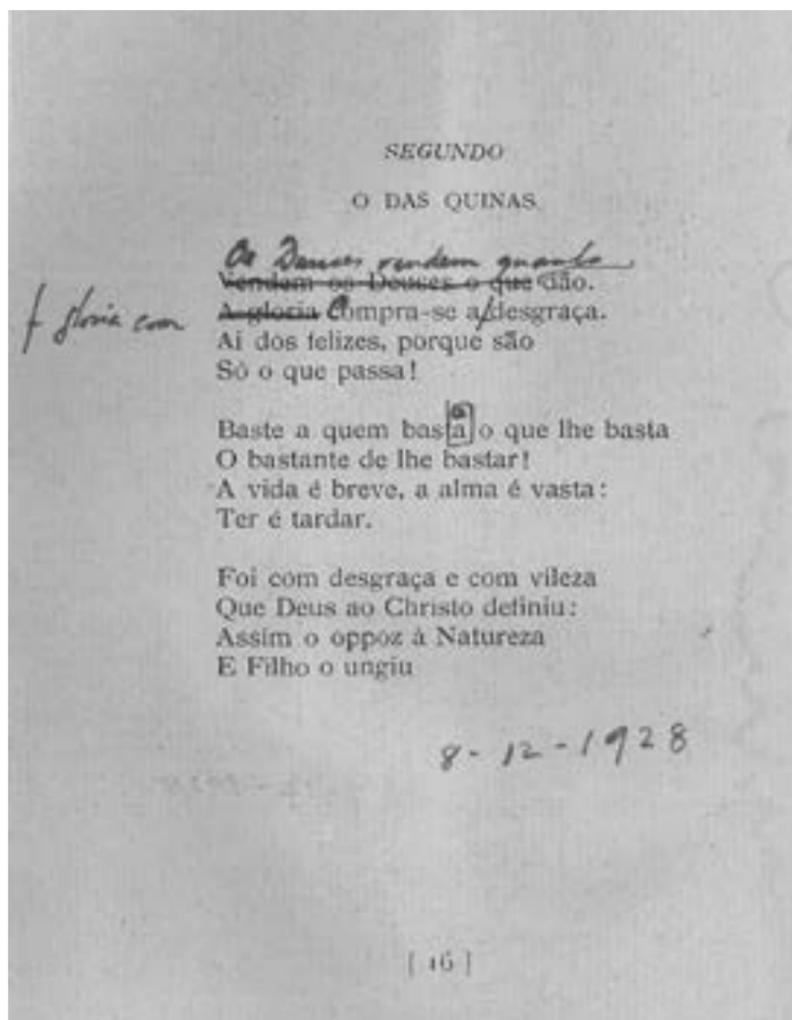


Figura 2
Anotações de Pessoa no seu exemplar pessoal de *Mensagem*
(Pessoa, 1934, p. 16)

da revista *Contemporânea*, republicados, com ligeira variação textual, em *Leitura para todos — Revista mensal ilustrada*, n.º 83, junho de 1926, e *Revolução*, 16 de junho de 1933 (cf. Pessoa, 2017j). Este conjunto irá constituir, com pequenas alterações e a substituição do poema «Ironia» por «Os Colombos», a segunda parte do livro. Pessoa publica ainda «D. Fernando, Infante de Portugal», o mais antigo poema do livro, sob o título «Gládio», em «Alguns Poemas», *Athena*, n.º 3, dezembro de 1924 (Pessoa, 2017e), e *Cancioneiro do 1.º Salão dos Independentes*, 1930 (Pessoa, 2017g). Outro poema, pertencente a «Mar Português», é publicado isoladamente: «Prece», em *O «Notícias» Ilustrado*, n.º 32, janeiro de 1929 (Pessoa, 2017l). Sob a designação de conjunto «Tríptico», publica ainda os poemas «O Infante D. Henrique», «D. João o Segundo» e «Afonso de Albuquerque», em *O Mundo Português*, julho-agosto de 1934 (Pessoa, 2017i). Estes títulos irão formar o final da primeira parte do livro, sob a designação «O Timbre», mas o poema «Afonso de Albuquerque» publicado em *O Mundo Português* é distinto do incluído no livro.

A fixação do texto da presente edição segue o exemplar pessoal anotado pelo poeta, hoje à guarda da Casa Fernando Pessoa (Pessoa, 1934). Nele, Pessoa insere importantes correções ao texto publicado, assim como algumas variantes, isto é, formulações alternativas ao texto do livro, que nestes casos não rasura. Apesar de se apresentarem como formulações alternativas, e não emendas, constituem melhorias ao texto e são também seguidas na sua fixação. As Notas aos Poemas dão conta de todas estas anotações, inseridas pelo poeta no exemplar pessoal e contempladas no estabelecimento do texto desta edição. A ortografia é modernizada e intervenções mínimas no texto são indicadas nas mesmas Notas: introdução de um apóstrofo em «Nun'Álvares Pereira», seguindo a sua grafia hoje mais habitual, de pontos finais em versos de «Ascensão de Vasco da Gama» e «Noite», corrigindo lapsos evidentes, e alteração de «porque» para «por que» em «Viriato»

e «D. Fernando, Infante de Portugal», tratando-se nestes casos de uma conjunção subordinativa final.

Na tradição editorial de *Mensagem*, as suas principais edições seguem, tal como aqui proposto, as anotações do poeta sobre o exemplar do livro publicado. Assim faz a edição da Ática, ainda que apenas a partir da sua 7.^a edição, da responsabilidade de David Mourão-Ferreira, publicada em 1959 e sucessivamente reimpressa, procedendo do mesmo modo as edições críticas organizadas por José Augusto Seabra para a coleção Archivos, da Unesco, em 1993, por Luiz Fagundes Duarte para a Imprensa Nacional, em 2018, e por Jerónimo Pizarro para a Tinta-da-China, em 2020. Na edição publicada pela Assírio & Alvim, em 1997, sucessivamente reeditada, Fernando Cabral Martins opta por seguir as correções de Pessoa, mas não as variantes introduzidas no exemplar, distinguindo a emenda da redação de uma formulação alternativa. Assim como Mourão-Ferreira, Cabral Martins defende uma atualização da ortografia, argumentando que a ortografia do poeta era já à época arcaizante, tendo obtido no contexto do seu tempo, dadas as constantes alterações à norma, um *efeito irrepetível*. A presente edição segue este argumento, já subjacente à opção de Mourão-Ferreira, procurando contornar entraves escusados que se colocam ao leitor atual.

Naturalmente, esta opção não invalida outras, sendo compreensível que uma edição que se define como crítica mantenha a ortografia original, permitindo uma análise pelo leitor especializado de certas particularidades. As mesmas edições críticas oferecem ainda um confronto abrangente do texto de *Mensagem* com os testemunhos manuscritos que permaneceram no espólio do poeta. Cada uma delas propõe ainda uma aproximação legítima entre *Mensagem* e um determinado núcleo de textos pessoais: Augusto Seabra reúne, a par do livro, um conjunto de *poemas esotéricos*; Fagundes Duarte *poemas publicados em vida*; e Jerónimo Pizarro textos em prosa que referem *Mensagem* ou com ela se relacionam.

Discutindo nesta introdução alguns textos pessoais que ajudam a ampliar o horizonte de sentido do livro, assim como os projetos a ele associados e o episódio singular da sua publicação, a presente edição contempla, no seu corpo, apenas o conjunto de poemas de *Mensagem*, considerando que merece leitura autónoma. Notas ao texto são incluídas exclusivamente no final da edição, por forma a não condicionar a experiência de leitura do único livro publicado por Fernando Pessoa, que se pretende apresentar do modo o mais fiel possível aos gestos de escrita e publicação do seu autor. As Notas visam complementar essa experiência, incluindo as referidas indicações sobre a cronologia dos poemas, as anotações do poeta no exemplar pessoal do livro, as diversas publicações dos poemas em vida do autor e o estabelecimento do texto. Não existe, nem poderá existir, uma edição única ou definitiva de *Mensagem*, cuja posteridade depende precisamente da diversidade de edições e leitores. Cada uma destas edições é também uma nova proposta de leitura do único livro que Fernando Pessoa organizou e publicou em vida.

5/6
FERNANDO PESSOA

- 21.N. 10^o vol.

PORTUGAL - Ashiezy

Mensagem

LISBOA 1934

PARCERIA ANTONIO MARIA PEREIRA

RUA AUGUSTA 44-54



I.

OS CAMPOS

PRIMEIRO

O DOS CASTELOS

A Europa jaz, posta nos cotovelos:
De Oriente a Ocidente jaz, fitando,
E toldam-lhe românticos cabelos
Olhos gregos, lembrando.

O cotovelo esquerdo é recuado;
O direito é em ângulo disposto.
Aquele diz Itália onde é pousado;
Este diz Inglaterra onde, afastado,
A mão sustenta, em que se apoia o rosto.

Fita, com olhar esfíngico e fatal,
O Ocidente, futuro do passado.

O rosto com que fita é Portugal.

SEGUNDO
O DAS QUINAS

Os Deuses vendem quando dão.
Compra-se a glória com desgraça.
Ai dos felizes, porque são
Só o que passa!

Baste a quem baste o que lhe basta
O bastante de lhe bastar!
A vida é breve, a alma é vasta:
Ter é tardar.

Foi com desgraça e com vileza
Que Deus ao Cristo definiu:
Assim o opôs à Natureza
E Filho o ungiu.

II.

OS CASTELOS

PRIMEIRO

ULISSES

O mito é o nada que é tudo.
O mesmo sol que abre os céus
É um mito brilhante e mudo —
O corpo morto de Deus,
Vivo e desnudo.

Este, que aqui aportou,
Foi por não ser existindo.
Sem existir nos bastou.
Por não ter vindo foi vindo
E nos criou.

Assim a lenda se escorre
A entrar na realidade,
E a fecundá-la decorre.
Em baixo, a vida, metade
De nada, morre.

SEGUNDO

VIRIATO

Se a alma que sente e faz conhece
Só porque lembra o que esqueceu,
Vivemos, raça, por que houvesse
Memória em nós do instinto teu.

Nação porque reincarnaste,
Povo porque ressuscitou
Ou tu, ou o de que eras a haste —
Assim se Portugal formou.

Teu ser é como aquela fria
Luz que precede a madrugada,
E é já o ir a haver o dia
Na antemanhã, confuso nada.

TERCEIRO

O CONDE D. HENRIQUE

Todo começo é involuntário.
Deus é o agente.
O herói a si assiste, vário
E inconsciente.

À espada em tuas mãos achada
Teu olhar desce.
«Que farei eu com esta espada?»

Ergueste-a, e fez-se.

QUARTO

D. TAREJA

As nações todas são mistérios.
Cada uma é todo o mundo a sós.
Ó mãe de reis e avó de impérios,
Vela por nós!

Teu seio augusto amamentou
Com bruta e natural certeza
O que, imprevisto, Deus fadou.
Por ele reza!

Dê tua prece outro destino
A quem fadou o instinto teu!
O homem que foi o teu menino
Envelheceu.

Mas todo vivo é eterno infante
Onde estás e não há o dia.
No antigo seio, vigilante,
De novo o cria!

«Deus ao mar o perigo e o abismo deu, Mas nele é que espelhou o céu.»

Distinguido em 1934 com o prémio Antero de Quental na categoria «poema ou poesia solta», atribuído pelo Secretariado de Propaganda Nacional, *Mensagem*, único livro que Fernando Pessoa publicou em vida, é uma das obras mais enigmáticas da literatura portuguesa.

Em 44 poemas dedicados à história de Portugal, Pessoa tece uma intertextualidade notável com o épico camoniano *Os Lusíadas* para criar um projeto modernista de refundação da história nacional. Mitificando acontecimentos e personagens, o autor inscreve o passado numa dimensão mística e radica o futuro numa glória a haver. Formalmente perfeito, *Mensagem* é, ainda hoje, lido com estranheza e assombro.

P E N G U I N



C L Á S S I C O S

Edição, introdução e notas
de Pedro Sepúlveda



Azulejo (Mão e Curvas),
2016 (óleo e gesso sobre
tela), 180 x 180 cm

© Adriana Varejão
Vicente de Mello (fotografia),
cortesia da artista e
Gagosian



penguinlivros.pt



[penguinlivros](https://www.facebook.com/penguinlivros)



Penguin
Random House
Grupo Editorial

ISBN: 978-989-583-562-1



9 789895 835621